

## **INFORMAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IPBEJA**

### **1. As práticas e as respostas que desenvolvem de inclusão dos alunos**

As práticas e as respostas que o Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) desenvolve com vista à inclusão de alunos com NEE respeitam o Estatuto sobre o Regime de Apoio a esses estudantes no IPBeja, implementados em dezembro de 2014 e renovados em 2018 com algumas alterações.

Integram os estatutos os alunos com algum tipo de incapacidade (de origem física, sensorial, orgânica, emocional, social) ocorrida em qualquer momento do seu percurso académico, atestada por relatório(s) comprovativo(s) explicitando o tipo de incapacidade e respetiva gravidade, bem como as implicações no trabalho a desenvolver pelos estudantes para o seu sucesso escolar.

A partir de uma reunião entre o requerente, um representante da equipa de apoio e o coordenador de curso em que o estudante está inscrito, são definidos os apoios especializados de que poderá necessitar, nomeadamente: recursos técnicos especializados (ajudas tecnológicas, apoio por intérprete... ) apoios à frequência das aulas (gravação das mesmas quando apresentem dificuldades na toma de apontamentos; disponibilização de material de apoio atempada e ajustada à condição específica do aluno, por parte dos professores); e possibilidade de acompanhamento das mesmas em regime e-learning, quando não o possam fazer presencialmente, por internamento hospitalar ou outras situações de impedimento, devidamente justificadas. Sempre que o estudante o desejar, está previsto um acompanhamento tutorial por parte dos professores ou por parte de colegas que se voluntariem para o fazer.

No que concerne à avaliação, as medidas de apoio mais frequentes situam-se na atribuição de mais tempo para a realização das provas, extensão de tempo para a entrega dos trabalhos; avaliação oral quando esta forma de expressão é mais fácil que a escrita, ou vice-versa.

**2. A existência ou não de uma unidade de apoio ao aluno, particularmente em relação aos que têm necessidades educativas especiais**

Um dos principais indicadores da inclusão é a pertença à Instituição, pelo que, enquanto aluno do IPBeja, todos os serviços estão ao serviço do estudante com necessidades educativas especiais (ENEE), tal como dos seus colegas. Contudo, porque se reconhecem as barreiras que alguns encontram para o sucesso académico, e para que haja equidade, o estatuto dos estudantes com necessidades educativas especiais prevê um regime de apoio coordenado por uma equipa (CRENEE) composta por um coordenador, um docente de cada escola do IPBeja e pelo Administrador dos Serviços de Ação Social, ou quem este designar.

A CRENEE é responsável pela análise, elaboração e condução do processo dos ENEE, pelo desenvolvimento de iniciativas que contribuem para a melhoria das condições da vivência académica, social e cultural; pela divulgação de informação pertinente sob o tema da inclusão; por prestar apoio aos docentes no enquadramento e prossecução dos objetivos do estatuto, rentabilizando recursos e saberes existentes e ainda contribuir para a inserção no mercado de trabalho dos diplomados com NEE.

**3. A disponibilização ou não de recursos específicos para apoio desses alunos, em termos humanos, de equipamento e de materiais**

A Instituição tem tentado responder às especificidades das necessidades encontradas, quer com a contratação de trabalho de intérprete e tradução de Língua Gestual Portuguesa, quer pela disponibilização de material de apoio à cegueira.

Para assegurar a vida independente, diligenciou o assistente pessoal para as alunas com cegueira.

A escola frequentada por estudantes com incapacidade sensorial dispõe de uma sala de trabalho com condições de acessibilidade física, equipada com diferentes tecnologias de apoio que pode servir de sala de apoio a estudantes, docentes ou investigadores com necessidades especiais.

O IPBeja também dispõe de quartos adaptados numa das residências.

#### 4. As dificuldades e as necessidades sentidas na educação inclusiva

Embora o IPBeja tenha contratado o serviço de Intérprete, a aluna surda aponta como **poucas as horas de apoio**, uma vez que diz precisar para além da tradução das aulas, de mais apoio de intérprete em tutorias que em tempo de pandemia se tornaram mais necessárias.

Também os docentes se queixam que estes alunos **exigem apoio tutorial**, para além do marcado e apontam **como desgastante o processo de preparar atempadamente o material de apoio às aulas e a adaptação de estratégias, porque não existe apoio técnico de adaptação de documentos**.

Uma vez que os docentes não têm qualquer contrapartida pelo esforço despendido, quer no reconhecimento de horas gastas para o efeito, quer na componente de avaliação, o apoio e a adaptação de materiais ficam sujeitos à sensibilidade de cada um.

Acresce a não referência à diferenciação a ter em conta com os ENEE nos documentos orientadores da dinâmica académica, o que leva a um acréscimo de trabalho por parte da coordenação na constante referência à mesma e ao “esquecimento” das medidas de apoio.

Somam-se a estas dificuldades a necessidade de formação sobre alunos com necessidades específicas (como proceder adequadamente e como adaptar a dinâmica da aula ao ENEE).

Como a CRENEE tem vindo a apontar, é necessário o apoio de um técnico com conhecimentos (principalmente com conhecimentos na área das ciências documentais, e educação) que permitam a construção de documentos acessíveis,

#### 5. Os desafios

Para a continuidade da garantia do acesso ao conhecimento e à formação sinalizamos três grandes desafios: acessibilidade; formação interna; valorização da diferença:

- **Acessibilidade**

- Acessibilidade a todos os espaços do Campus e da Comunidade envolvente: Continuação da inventariação das barreiras arquitetónicas que incluem biblioteca; serviços administrativos, salas de aula, auditórios, laboratórios, refeitórios, bares e residências, para assegurar o continuum de projetos de disponibilização progressiva de rampas, elevadores ou plataformas elevatórias, casas de banho adaptadas, pisos táteis, entre outras adaptações.

- Acessibilidade ao conhecimento: adaptação de documentos às características específicas de alunos com deficiência e dificuldades funcionais; constituição de um núcleo de documentação acessível.

- **Formação**

- Formação na forma como interagir com a pessoa com incapacidade, quer no contacto direto, quer por contacto digital (forma de adequação dos documentos de comunicação interna).

- Formação pedagógica - enquadrada na metodologia de Desenho Universal para a Aprendizagem aliada ao Design Inclusivo.

Como se entende por Design Inclusivo - "a prática de incluir intencionalmente as necessidades dos usuários que provavelmente vivenciam a exclusão em muitos aspetos de suas vidas diárias devido a fazerem parte de um grupo discriminado ou de uma minoria estatística"- pretende-se uma formação que aliando a usabilidade de equipamentos e universalidade de métodos e técnicas de ensino e aprendizagem à acessibilidade, permita criar ambientes que valorizem e rentabilizem a diversidade na construção do conhecimento.

- **Valorização da Diferença**

- Reconhecimento nos documentos e dinâmicas da instituição, das respostas às necessidades específicas instituídas.

- Diligenciar para que as respostas apresentadas pela Instituição aos estudantes com necessidades especiais passem a integrar os relatórios de avaliação dos cursos para que, os parâmetros do processo de avaliação e acreditação levados a efeito pela

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) também os contemplem.

## **6. O apoio aos alunos em termos de inserção no mercado de trabalho**

A inserção no mercado de trabalho tem-se desenvolvido ancorada na metodologia de estágios em que os ENEE têm sempre primazia na escolha dos locais de estágio com apoio personalizado.

## **7. As propostas que considerem pertinentes, nomeadamente em termos legislativos**

Urgência na criação de uma lei específica que:

- assegure a continuidade da formação segundo a filosofia da Inclusão e do Desenho Universal para a Aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais, do ensino secundário para o ensino superior, que contemple a regulação das estruturas de acolhimento e acompanhamento nas IES e defina os procedimentos gerais de apoio à frequência de estudantes com necessidades especiais no ensino superior.
- afete às a(s) estrutura(s) de acolhimento e acompanhamento dos ENEE nas IES recursos humanos (equipas multidisciplinares com uma percentagem específica de tempo para cada elemento) e financeiros, que sustentem todo o processo;
- crie um sistema de reconhecimento de escolas com práticas de excelência no domínio da educação inclusiva, bem como a sua disseminação", dirigido às IES; bem como a atribuição de "selos de boas práticas" às IES mais inclusivas;
- diretrizes para as IES seguirem a Diretiva n.o 2016/2102: as aplicações usadas nas instituições, nos mais diversos departamentos (aplicações de gestão de correio eletrónico, processamento de texto, gestão de recursos humanos, contabilidade, bibliotecas, refeitórios, ...), devem seguir os princípios de acessibilidade [*Frontoffice* e *backoffice* das aplicações].